Medicina da Conservação - Introdução e Conceitos Básicos

Ricardo M. L. Brandão

Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens

Parque Natural da Serra da Estrela / Instituto da Conservação da Natureza
Av. dos Bombeiros Voluntários, 8. 6290-520 Gouveia
Tel: (+351) 91 9457984/238492411 Fax: (+351) 238 494183 Correio electrónico: brandaoric@gmail.com

Os processos ecológicos do planeta continuam a ser alterados pela perda global de biodiversidade; pela destruição, degradação e fragmentação dos habitats naturais; pelo aumento de poluentes químicos no ar, água e solo; e pelas alterações climáticas e depleção da camada de ozono. A Medicina da Conservação, termo introduzido por Kock (1996) para descrever o amplo contexto ecológico da saúde, pretende conhecer melhor as consequências destes fenómenos, unindo disciplinas que normalmente caminham separadas. Conjugando os conhecimentos de áreas desde a Saúde à Ecologia, tenta-se assim examinar o mundo de uma forma mais abrangente, para compreender melhor o estado actual da saúde dos processos ecológicos.

Definir Medicina da Conservação constitui por si só um desafio. As perspectivas sobre a abrangência do termo são variadas e a abordagem depende naturalmente da formação técnica e profissional de cada um. De um modo geral podemos considerar como definição consensual de Medicina da Conservação uma Ciência que se foca na intersecção entre o ambiente, hospedeiros humanos e não-humanos, com os agentes patogénicos e que pretende atingir a Saúde Ecológica, e consequentemente, a dos Ecossistemas e dos seus Habitantes.

Os contributos desde nova Medicina Global são a inversão da tendência generalizada para a especialização extrema do mundo científico actual, abrindo novas perspectivas integradoras sobre a Medicina e a Ecologia. As novas visões e conhecimentos que podem assim ser adquiridos sobre as doenças, a fisiologia dos patógenos, bem como da ecologia e dos próprios fenómenos sociais com os quais se inter-relacionam devem gerar uma relação diferente com a Natureza. E é este objectivo de intervenção positiva que distingue a Medicina da Conservação de outras disciplinas com que se poderia confundir, e que pode contribuir para dar mais impacto ao conhecimento científico, social e ambiental. Ao tentar compreender as tendências biológicas a longo prazo, estudando as inter-especificidades das doenças e as suas relações com a variáveis ambientais, pode-se caminhar para acções de melhoria efectiva da saúde dos ecossistemas, abandonando a visão meramente antropocêntrica das ciências que trabalham em Saúde Pública.

As doenças não devem ser consideradas à partida como uma ameaça ou um problema. Devemos tentar conhecer as suas dinâmicas e estudar a sua distribuição, de forma a poder compreender os seus possíveis efeitos, para que todas as eventuais intervenções necessárias possam ser realistas e eficazes. Para que a relevância e consequências das doenças sejam conhecidas, devem existir redes de detecção e monitorização das mesmas, de diferentes âmbitos (regional, nacional e internacional), que funcionem de forma integrada.

As principais limitações da Medicina da Conservação residem no facto de ainda não estarem disponíveis todas as informações e dados necessários para se poder compreender completamente as inter-relações existentes entre a Saúde Humana, Animal e dos Ecossistemas. A principal razão para tal é que muitos dos fenómenos ambientais, ecológicos e sociais se manifestarem de forma lenta, muitas vezes imperceptível a curto e médio prazo.

- Aguirre, A.A., Ostfeld, R.S., Tabor, G.M., House, C., Pearl, M.C. 2002. *Conservation Medicine: Ecological Health in Practice*. New York, Oxford University Press. 407 pp.
- Pokras, M., Tabor, G., Pearl, M., Sherman, D., Epstein, P. 1997. Conservation Medicine: An Emerging Field. In Raven, P.H. (ed.), *Nature and Human Society: The Quest for a Sustainable World*, pp. 551-556. National Academy Press, Washington, D.C.
- Tabor, G.M., Ostfeld, R.S., Poss, M., Dobson, A.P., Aguirre, A.A. 2001. Conservation Biology and the Health Sciences. In Soulé, M.E. and Orians, G.H. (eds.), Conservation Biology, pp 155-173. Island Press, Washington.
- Crosby, AW. 1972. The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492. Greenwood Press: Westport, CN. 268 pp.
- Institute of Medicine. 1992. Emerging Infections: Microbial Threats to Health in the United States. National Acad Press: DC. 294 pp.
- Institute of Medicine. 2002. The Emergence of Zoonotic Diseases: Understanding the Impact on Animal and Human Health. National Acad Press: DC. 157 pp.
- Morse, SS, ed. 1993. Emerging Viruses. Oxford University Press, 317 pp.
- Apperson, CS, et al. 1993. Relative utilization of reptiles and rodents as hosts by immature *Ixodes scapularis* (Acari: Ixodidae) in the coastal plain of North Carolina, USA. Exper Appl Acarology 17: 719- 31.
- Daszak, P, et al. 2000. Emerging infectious diseases of wildlife-Threats to biodiversity and human health. Sci 287: 443-9.
- Hahn, B, et al. 2000. AIDS as a zoonosis: Scientific and public health implications. Sci **287**: 607- 14.
- Ostfeld, RS & FKeesing. 2000. Biodiversity and disease risk: The case of Lyme disease. Cons Biol 14: 722-8.
- Robinson, JG, et al. 1999. Wildlife harvest in logged tropical forests. Sci 284: 595-6.
- Schmidt, KA and RS Ostfeld. 2001. Biodiversity and the dilution effect in disease ecology. Ecology 82: 609-19.
- Weiss, RA & RW Wrangham. 1999. From Pan to pandemic. Nature 397: 385- 6.
- Kevin D. Lafferty (2003). The Crisis Discipline of Conservation Medicine. Conservation Biology 17 (6), 1859–1860.
- Hutchins M., Foose T., Seal U.S. 1991. The Role of Veterinary Medicine in Endangered Species Conservation. Journal of Zoo and Wildlife Medicine 22 (3): 277-281.
- Woodford M. H., Koch, R. A. 1991. Veterinary Considerations in re-introduction and translocation projects. In Beyond Captive Breeding, Reintroducing Endangered Mammals to the Wild (ed. J. H. W. Gipps), pp. 101-110. Oxford University Press, Oxford.